DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, sexta-feira, 26 de julho de 1985 — ANO X — Nº 140

ATOS DO GOVERNADOR

DESPACHOS

DECRETO Nº 8.748, DE 26 DE JULHO DE 1985

Aprova a reprogramação das Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias relativas ao exercício de 1985.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 50 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o artigo 9º do Decreto nº 8.372, de 28 de dezembro de 1984,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovada, na forma dos quadros anexos, a reprogramação das Cotas Trimestrais de Despesa que cada Unidade Orçamentária está autorizada a utilizar no exercício de 1985.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

01

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE CR$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
01001	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	3.109.672.820	4.469.180.111	8.945.856.246	165.214.076	16.689.923.253
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.868.347.744	3.907.644.053	7.984.866.203	-o-	14.760.858.000
	- Outras Despesas Correntes	229.360.353	468.665.120	796.730.704	165.214.076	1.659.970.253
	- Despesas de Capital	11.964.723	92.870.938	164.259.339	-o-	269.095.000
11001	GABINETE DO GOVERNADOR	1.892.690.994	1.535.572.028	2.893.831.935	585.110.043	6.907.205.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	900.665.420	998.152.521	1.209.716.059	70.000.000	3.178.534.000
	- Outras Despesas Correntes	971.269.074	495.751.127	1.648.439.756	515.110.043	3.630.570.000
	- Despesas de Capital	20.756.500	41.668.380	35.676.120	-o-	98.101.000
11002	- DEPARTAMENTO DE TURISMO	1.463.827.650	1.061.429.438	1.894.287.262	174.569.000	4.594.113.350
	- Pessoal e Encargos Sociais	434.490.747	654.279.600	1.117.663.653	73.569.000	2.280.003.000
	- Outras Despesas Correntes	1.020.539.835	406.031.838	766.538.677	100.000.000	2.293.110.350
	- Despesas de Capital	8.797.068	1.118.000	10.084.932	1.000.000	21.000.000
11003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO	916.315.256	1.271.591.641	1.954.707.903	269.799.600	4.412.414.400
	- Pessoal e Encargos Sociais	582.700.700	745.169.478	1.271.744.622	105.099.600	2.704.714.400
	- Outras Despesas correntes	318.983.946	524.244.428	679.771.626	164.700.000	1.687.700.000
	- Despesas de Capital	14.630.610	2.177.735	3.191.655	-o-	20.000.000
12001	PROCURADORIA GERAL	10.487.811.094	2.510.291.575	2.248.825.394	236.731.937	15.483.660.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.416.953 595	1.633.239.924	1.919.360.481	-o-	4.969.554.000
	- Outras Despesas Correntes	9.066.771.171	875.102.892	280.000.000	236.731.937	10.458.606.000
	- Despesas de Capital	4.086.328	1.948.759	49.464.913	-o-	55.500.000
13001	SECRETARIA DO GOVERNO	1.390.401.305	2.938.562.033	6.722.588.385	9.587.834.809	20.639.386.532
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.276.672.601	1.434.036.900	1.624.856.657	563.919.842	4.899.486.000
	- Outras Despesas Correntes	110.040.704	1.497.696.663	5.055.323.198	8.972.874.967	15.635.935.532
	- Despesas de Capital	3.688.000	6.828.470	42.408.530	51.040.000	103.965.000
13002	SECRETARIA DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	2.010.000.000	4.100.000.000	2.060.000.000	-o-	8.170.000.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.451.725.000	4.100.000.000	1.840.000.000	-o-	7.391.725.000
	- Outras Despesas Correntes	548.275.000	-o-	220.000.000	-o-	768.275.000
	- Despesas de Capital	10.000.000	-o-	-o-	-o-	10.000.000
13003	ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE	389.031.797	634.121.287	609.589.561	162.670.355	1.795.413.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	267.693.837	352.717.264	292.766.899	-o-	913.178.000
	- Outras Despesas Correntes	86.496.622	281.404.023	300.000.000	162.670.355	830.571.000
	- Despesas de Capital	34.841.338	-o-	16.822.662	-o-	51.664.000
13004	REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA	767.924.741	1.012.214.477	1.959.893.782	100.000.000	3.840.033.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	539.000.000	655.743.345	1.411.742.655	-o-	2.606.486.000
	- Outras Despesas Correntes	220.972.241	355.322.832	545.451.927	100.000.000	1.221.747.000
	- Despesas de Capital	7.952.500	1.148.300	2.699.200	-o-	11.800.000
13005	REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA	1.347.895.668	1.701.343.961	1.806.370.927	364.507.444	5.220.118.000
	- Pessoal e encargos Sociais	879.877.799	1.100.732.774	778.637.427	-o-	2.759.248.000
	- Outras Despesas Correntes	443.170.109	585.780.447	1.000.000.000	364.507.444	2.393.458.000
	- Despesas de Capital	24.847.760	14.830.740	27.733.500	-o-	67.412.000
13006	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA	276.638.111	357.898.004	371.156.869	32.098.476	1.037.791.460
	- Pessoal e Encargos Sociais	232.851.868	279.973.874	259.800.258	-o-	772.626.000
	- Outras Despesas Correntes	42.486.243	77.924.130	102.024.611	32.098.476	254.533.460
	- Despesas de Capital	1.300.000	-o-	9.332.000	-o-	10.632.000
13007	REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO	537.026.697	723.136.291	1.340.883.012	20.000.000	2.621.046.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	464.354.350	572.903.796	1.120.957.854	-o-	2.158.216.000
	- Outras Despesas Correntes	72.115.347	149.021.755	180.704.898	20.000.000	421.842.000
	- Despesas de Capital	557.000	1.210.740	39.220.260	-o-	40.988.000
13008	REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA	332.450.255	613.726.535	1.329.404.210	37.726.000	2.313.307.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	195.256.549	392.185.135	895.630.316	-o-	1.483.072.000
	- Outras Despesas Correntes	137.080.006	221.091.400	418.466.594	37.726.000	814.364.000
	- Despesas de Capital	113.700	450.000	15.307.300	-o-	15.871.000
13009	ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO - ASRIA	585.908.914	773.808.160	1.477.592.926	3.627.000	2.840.937.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	444.305.655	554.094.195	1.096.386.150	-o-	2.094.786.000
	- Outras Despesas Correntes	133.656.759	214.333.555	355.122.686	3.627.000	706.740.000
	- Despesas de Capital	7.946.500	5.380.410	26.084.090	-o-	39.411.000
13010	ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA	939.856.225	1.090.740.959	1.446.435.816	-o-	3.477.033.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	354.611.656	458.047.565	800.422.779	-o-	1.613.082.000
	- Outras Despesas Correntes	494.637.774	613.783.394	637.828.832	-o-	1.746.250.000
	- Despesas de Capital	90.606.795	18.910.000	8.184.205	-o-	117.701 .000
14001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	17.125.561.043	23.559.738.759	26.938.114.165	1.671.425.033	69.294.839.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.558.819.608	16.180.713.458	18.045.452.934	-o-	46.784.986.000
	- Outras Despesas Correntes	4.087.795.020	7.348.589.652	8.854.912.295	1.671.425.033	21.962.722.000
	- Despesas de Capital	478.946.415	30.435.649	37.748.936	-o-	547.131.000
14002	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	647.533.927	994.396.135	1.386.869.960	315.455.896	3.344.255.918
	- Pessoal e Encargos Sociais	465.621.132	830.081.204	733.278.664	-o-	2.028.981.000
	- Outras Despesas Correntes	181.075.195	163.989.931	622.468.896	315.455.896	1.282.989.918
	- Despesas de Capital	837.600	325.000	31.122.400	-o-	32.285.000
15001	SECRETARIA DE FINANÇAS	36.358.410.560	43.083.419.984	76.238.719.492	68.549.591.937	224.230.141.973
	- Pessoal e Encargos Sociais	4.943.356.263	6.788.826.022	4.057.817.715	491.106.000	16.281.106.000
	- Outras Despesas Correntes	4.848.541.502	8.924.834.485	5.250.000.000	331.347.937	19.354.723.924
	- Despesas de Capital	26.566.512.795	27.369.759.477	66.930.901.777	67.727.138.000	188.594.312.049
16001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	1.283.567.781	1.763.594.472	3.003.772.576	3.755.632.171	9.806.567.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.221.150.274	1.684.077.150	2.807.772.576	3.525.000.000	9.238.000.000
	- Outras Despesas Correntes	62.417.507	79.517.322	185.000.000	230.632.171	557.567.000
	- Despesas de Capital	-o-	-o-	11.000.000	-o-	11.000.000
16002	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	75.088.740.500	111.405.582.500	224.608.131.915	128.686.315.500	539.788.770.415
	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	68.647.000.000	101.253.000.000	215.100.000.000	123.573.000.000	508.573.000.000
	- Outras Despesas Correntes	3.533.140.500	4.503.140.500	5.185.471.915	2.563.140.500	15.784.893.415
	- Despesas de Capital	976.600.000	2.066.600.000	1.766.600.000	2.466.600.000	7.276.400.000
	FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.207.000.000	2.662.842.000	1.520.000.000	-0-	5.389.842.000
	- Outras Despesas Correntes	710.000.000	890.000.000	1.026.060.000	83.575.000	2.709.635.000
	- Despesas de Capital	15.000.000	30.000.000	10.000.000	-0-	55.000.000
17001	SECRETARIA DE SAÚDE	1.706.900.559	2.500.135.555	4.879.556.859	5.449.957.027	14.536.550.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.617.694.530	2.436.327.810	4.602.977.660	5.123.000.000	13.780.000.000
	- Outras Despesas Correntes	46.205.149	55.753.445	240.334.379	326.957.027	669.250.000
	- Despesas de Capital	43.000,880	8.054.300	36.244.820	-0-	87.300.000
17002	SECRETARIA DE SAÚDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	68.526.719.400	109.775.521.600	173.294.018.092	109.404.608.000	461.000.867.092
	- Pessoal e Encargos Sociais	60.137.065.400	84.062.934.600	156.660.000.000	104.440.000.000	405.300.000.000
	- Outras Despesas Correntes	7.896.272.000	25.706.587.000	16.625.131.000	4.964.608.000	55.192.598.000
	- Despesas de Capital	493.382.000	6.000.000	8.887.092	-0-	508.269.092

SUMÁRIO

PAGINA

ATOS DO GOVERNADOR 1
GABINETE CIVIL 14
SECRETARIA DO GOVERNO 15
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 15
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA 17
SECRETARIA DE SAUDE 17
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS 17
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 18
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 18
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 19

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem previo aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

Os suplementos às edições serão vendidos, separadamente, na Seção de Distribuição, no andar térreo do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO

DIARIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3° andar
Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803
PABX - 225-6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto - 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 171

ASSINATURAS
REPARTIÇOES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 100.000
Semestral ..... Cr$ 50.000

FUNCIONARIOS

Anual ..... Cr$ 75.000
Semestral ..... Cr$ 38.000

OBSERVAÇAO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATERIA PAGA

Página inteira ..... Cr$ 684.800
Por centímetro de coluna ..... Cr$ 10.700

NUMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

17003	INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	1.073.488.504	1.970.318.468	3.639.797.028	19.220.000	6.702.824.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	867.398.881	1.669.744.258	2.798.942.861	-0-	5.336.086.000
	- Outras Despesas Correntes	193.625.574	287.957.130	78.417.296	19.220.000	579.220.000
	- Despesas de Capital	12.464.049	12.617.080	762.436.871	-0-	787.518.000
18001	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS	451.147.910	591.263.592	550.710.325	71.670.173	1.664.792.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	387.450.678	539.681.997	466.433.325	-0-	1.393.566.000
	- Outras Despesas Correntes	63.697.232	51.581.595	79.277.000	71.670.173	266.226.000
	- Despesas de Capital	-0-	-0-	5.000.000	-0-	5.000.000
18002	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	6.453.166.509	11.383.885.609	8.419.524.000	736.217.000	26.992.793.118
	- Pessoal e Encargos Sociais	4.478.583.595	7.072.957.409	6.087.428.000	-0-	17.638.969.004
	- Outras Despesas Correntes	1.874.942.914	4.218.715.000	2.327.959.000	736.217.000	9.157.833.914
	- Despesas de Capital	99.640.000	92.213.200	4.137.000	-0-	195.990.200
19001	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	3.379.995.574	8.319.197.493	29.584.352.447	18.296.576.204	59.580.121.718
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.409.285.080	2.004.462.126	1.487.472.794	-0-	4.901.220.000
	- Outras Despesas Correntes	51.043.569	251.428.948	6.517.525.046	1.290.746.052	8.110.743.615
	- Despesas de Capital	1.919.666.925	6.063.306.419	21.579.354.607	17.005.830.152	46.568.158.103
19002	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	8.615.355.163	12.682.571.372	10.215.316.727	7.231.798.628	38.745.041.890
	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	4.881.000.000	6.000.000.000	6.100.000.000	6.361.314.000	23.342.314.000
	- Outras Despesas Correntes	200.000.000	1.120.956.000	250.000.000	-0-	1.570.956.000
	- Despesas de Capital	120.000.000	495.000.000	11.652.000	-0-	626.652.000
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DF DER/DF					
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.000.000.000	3.000.000.000	2.326.991.000	-0-	7.326.991.000
	- Outras Despesas Correntes	769.170.000	700.000.000	300.000.000	-0-	1.769.170.000
	- Despesas de Capital	645.185.163	1.366.615.372	1.226.673.727	870.484.628	4.108.958.890
20001	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	8.029.834.446	17.759.503.735	24.503.781.637	10.498.362.000	60.791.481.818
	- Pessoal e Encargos Sociais	978.263.212	1.158.920.490	1.077.766.298	-0-	3.214.950.000
	- Outras Despesas Correntes	2.047.773.056	2.928.893.667	4.164.725.277	1.890.940.000	11.032.332.000
	- Despesas de Capital	5.003.798.178	13.671.689.578	19.261.290.062	8.607.422.000	46.544.199.818
20003	ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA - AERB	622.159.666	808.800.060	907.481.769	68.418.505	2.406.860.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	484.358.721	635.109.912	667.881.367	-0-	1.787.350.000
	- Outras Despesas Correntes	136.091.495	173.025.218	206.974.782	68.418.505	584.510.000
	- Despesas de Capital	1.709.450	664.930	32.625.620	-0-	35.000.000
20004	SERVIÇOS AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA - SLU	5.363.493.276	8.452.854.583	10.451.510.141	1.000.000.000	25.267.858.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.481.078.387	4.997.884.612	5.151.475.001	-0-	13.630.438.000
	- Outras Despesas Correntes	1.700.619.254	1.894.440.455	2.035.350.291	-0-	5.630.410.000
	- Despesas de Capital	181.795.635	1.560.529.516	3.264.684.849	1.000.000.000	6.007.010.000
21001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO	358.068.822	358.224.173	687.910.793	141.103.212	1.545.307.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	333.052.091	284.932.116	545.133.793	-0-	1.163.118.000
	- Outras Despesas Correntes	25.016.731	73.002.057	138.000.000	141.103.212	377.122.000
	- Despesas de Capital	-0-	290.000	4.777.000	-0-	5.067.000
21002	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	4.829.039.000	8.082.790.000	9.744.587.000	3.529.277.000	26.185.693.000
	FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - FZDF					
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.929.000.000	4.951.000.000	6.600.000.000	2.835.178.000	17.315.178.000
	- Outras Despesas Correntes	1.048.180.000	1.287.340.000	1.799.517.000	300.504.000	4.435.541.000
	- Despesas de Capital	16.750.000	18.920.000	22.400.000	7.720.000	65.790.000
	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/DF					
	- Pessoal e Encargos Sociais	720.000.000	1.450.000.000	1.260.000.000	385.875.000	3.815.875.000
	- Outras Despesas Correntes	106.215.000	368.860.000	56.000.000	-0-	531.075.000
	- Despesas de Capital	8.894.000	6.670.000	6.670.000	-0-	22.234.000
22001	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	12.635.129.428	25.595.730.559	43.322.331.013	37.917.007.000	119.470.198.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.247.176.794	23.470.156.180	39.247.467.026	36.000.000.000	110.964.800.000
	- Outras Despesas Correntes	387.517.034	1.511.572.110	3.622.560.856	1.917.007.000	7.438.657.000
	- Despesas de Capital	435.600	614.002.269	452.303.131	-0-	1.066.741.000
22002	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	2.123.363.000	3.662.748.700	2.718.901.300	73.500.000	8.578.513.000
	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN					
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.386.000.000	2.386.000.000	1.798.488.000	-0-	5.570.488.000
	- Outras Despesas Correntes	600.000.000	1.156.248.700	800.413.300	73.500.000	2.630.162.000
	- Despesas de Capital	137.363.000	120.500.000	120.000.000	-0-	377.863.000
22003	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	24.472.720.307	27.611.949.377	42.199.524.916	27.550.000.000	121.834.194.600
	- Pessoal e Encargos Sociais	19.253.513.450	19.861.212.569	38.472.653.981	27.550.000.000	105.137.380.000
	- Outras Despesas Correntes	4.122.496.922	7.297.433.603	3.359.299.475	-0-	14.779.230.000
	- Despesas de Capital	1.096.709.935	453.303.205	367.571.460	-0-	1.917.584.600
22004	CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	12.295.186.916	13.386.796.049	22.925.437.035	16.727.000.000	65.334.420.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	9.895.157.441	10.216.564.875	20.635.597.684	16.727.000.000	57.474.320.000
	- Outras Despesas Correntes	2.252.351.785	3.169.314.174	2.288.434.041	-0-	7.710.100.000
	- Despesas de Capital	147.677.690	917.000	1.405.310	-0-	150.000.000
39000	RESERVA DE CONTINGÊCIA	-0-	-0-	263.908.342	-0-	263.908.342
	TOTAL GERAL	317.887.033.818	458.542.639.275	757.545.681.760	453.433.024.026	1.987.408.378.879

RESUMO

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAS	228.838.533.058	323.436.349.212	561.875.582.692	327.824.061.442	1.441.974.526.404
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.840.042.623	80.929.334.596	79.000.235.358	27.871.727.804	238.640.340.381
DESPESAS DE CAPITAL	38.208.458.137	54.176.955.467	116.405.955.368	97.737.234.780	306.528.603.752
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-0-	-0-	263.908.342	-0-	263.908.342
TOTAL GERAL	317.887.033.818	458.542.639.275	757.545.681.760	453.433.024.026	1.987.408.378.879

DECRETO N° 8.749 DE 26 DE JULHO DE 1985

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa — QDD, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana-SLU.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 20 da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta no Processo n° 030.006837/85,

DECRETA:

Art. 1° — Fica alterado o anexo do Quadro de Detalhamento da Despesa — QDD, referente ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana — SLU, consubstanciado no quadro anexo.

Art. 2° — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985;
97° da República e 26° de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSE CARLOS MELLO
MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA — EXERCÍCIO DE 1985 — Cr$ 1.000

20000 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
20004 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA - SLU
RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
20004.10600212.054	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	3111.01	000	10.363.468	
		3111.02	000	413 351	
		3113.00	000	2.853.619	
		3120.00	000	4.987.490	
		3132.00	000	625.000	
		3192.00	000	1.420	
		4120.00	000	500.000	19.744.348
20004.10600251.119	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES DE APOIO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	4110.00	000	206.010	206.010
20004.10600251.120	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DESTINAÇÃO SANITARIA DO LIXO	4110.00	000	1.000	1.000

RECURSOS ORDINARIOS	RECURSOS VINCULADOS	PES. E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
19.951.358		13.630.438	5.613.910	707.010	19.951.358

DECRETO Nº 8.750 DE 26 DE JULHO DE 1985

Altera o orçamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal — FZDF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 107, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, combinado com o art. 44, item I, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 8.372, de 28 de dezembro de 1984, e o que consta no Processo nº 073.003358/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica alterado na forma dos quadros anexos, o orçamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal — FZDF.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO — EXERCÍCIO DE 1.985 — Em (Cr$ 1)

51000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
51001 - FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - FZDF

RECEITA — CATEGORIA ECONÔMICA - FONTE		DESPESA — FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO - ATIVIDADE	
		FUNÇÃO 04 - AGRICULTURA	58.395.836.325
		PROGRAMA 07 - ADMINISTRAÇÃO	22.460.800.808
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	48.276.719.800	SUBPROGRAMA 021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.460.800.808
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	287.000.000	2.056 - EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE FOMENTO AGROPECUÁRIO E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO DISTRITO FEDERAL	21.069.458.000
1400.00.00 RECEITA AGROPECUÁRIA	30.000.000		
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	26.352.000.000	5.027 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE OBRAS DA FZDF	391.342.808
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.255.719.000	5.022 - RENOVAÇÃO PARCIAL DO PARQUE DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA FZDF	1.000.000.000
1712.00.00 TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL	21.255.719.000	PROGRAMA 08 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.256.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	352.000.000	SUBPROGRAMA 033 - DÍVIDA INTERNA	33.256.000
		1.007 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS REFERENTES AO PROGRAMA EMERGENCIAL	33.256.000
		PROGRAMA 09 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	275.000.000
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	7.837.370.000	SUBPROGRAMA 045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	275.000.000
2200.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	52.000.000		
2400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.785.370.000	1.039 - DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS NO MEIO RURAL	275.000.000
2410.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	7.785.370.000	PROGRAMA 13 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	621.000.000
FUNDEFE	7.719.580.000	SUBPROGRAMA 067 - COLONIZAÇÃO	621.000.000
2412.00.00 TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL	65.790.000	1.095 - DISCRIMINAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE TERRAS RURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1.000.000
		5.024 - IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO RURAL SANTOS DUMONT	620.000.000
SUPERÁVIT FINANCEIRO/84	2.281.747.325	PROGRAMA 14 - PRODUÇÃO VEGETAL	4.541.979.234
		SUBPROGRAMA 077 - IRRIGAÇÃO	4.475.429.234
		5.023 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE FOMENTO A AGRICULTURA IRRIGADA	4.475.429.234
		SUBPROGRAMA 080 - SEMENTES E MUDAS	66.550.000
		1.124 - PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS MELHORADAS	66.550.000
		PROGRAMA 15 - PRODUÇÃO ANIMAL	760.184.882
		SUBPROGRAMA 087 - DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	36.000.000
		5.019 - PLANO DE SAÚDE ANIMAL/CONVÊNIO MA/FZDF PRONASA	36.000.000
		SUBPROGRAMA 088 - DESENVOLVIMENTO ANIMAL	724.184.882
		5.025 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRASÍLIA	724.184.882
		PROGRAMA 16 - ABASTECIMENTO	34.000.000
		SUBPROGRAMA 098 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	34.000.000
		5.018 - INFORMAÇÕES DE PREÇOS E MERCADOS AGRÍCOLAS - CONVÊNIO MA/ FZDF/ SIMA	34.000.000
		PROGRAMA 17 - PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	1.954.841.374
		SUBPROGRAMA 103 - PROTEÇÃO A FLORA E A FAUNA	14.807.514
		5.017 - CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBDF/ FZDF	14.007.514
		SUBPROGRAMA 106 - JARDINS BOTÂNICOS E ZOOLÓGICOS	1.940.833.860
		5.021 - EXECUÇÃO DE OBRAS NO JARDIM ZOOLÓGICO	513.665.300
		5.020 - IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	1.427.168.560
		PROGRAMA 18 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	27.166.774.027
		SUBPROGRAMA 111 - EXTENSÃO RURAL	2.374.909.000
		6.007 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENG.E MECANIZAÇÃO AGRÍCULA-DEMA	2.374.909.000
		SUBPROGRAMA 112 - PROMOÇÃO AGRÁRIA	24.791.865.027
		6.006 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE REVENDA DE MATERIAL AGROPECUÁRIO-DERMA	24.545.056.000
		5.028 - REEQUIPAMENTO, MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO NÚCLEOS RURAIS	246.809.027
		PROGRAMA 88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	548.000.000
		SUBPROGRAMA 534 - ESTRADAS VICINAIS	548.000.000
		2.100 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	232.000.000
		5.026 - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS INCLUSIVE NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA	316.000.000
TOTAL	58.395.836.325	TOTAL	58.395.836.325

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO — EXERCÍCIO DE 1.985 — Em (Cr$ 1)

51000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
51001 - FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - FZDF — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTES DE RECURSOS: G.D.F. FT-000	PRÓPRIOS FT-020	FUNDEFE FT-021	CONV. COM OUTROS ÓRG. FT-023	-	TOTAIS
2.056	EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE FOMENTO AGROPECUÁRIO E PRESERV.DOS RECURSOS NATURAIS	20.748.841.665	320.616.335	-	-	-	21.069.458.000
5.017	CONSEV. DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - CONVÊNIO IBDF/FZDF	-	-	-	14.007.514	-	14.007.514
5.018	INFORMAÇÕES DE PREÇOS E MERCADOS AGRÍCOLAS - CONVÊNIO MA/ FZDF - SIMA	-	-	-	34.000.000	-	34.000.000
5.019	PLANO DE SAÚDE ANIMAL - CONVÊNIO MA/FZDF - PRONASA DF.	-	-	-	36.000.000	-	36.000.000
6.006	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE REVENDA DE MATERIAL AGROPECUÁRIO - DERMA	-	24.545.056.000	-	-	-	24.545.056.000
6.007	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA - DEMA	-	2.374.909.000	-	-	-	2.374.909.000
5.020	IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	-	-	1.427.168.560	-	-	1.427.168.560
5.021	EXECUÇÃO DE OBRAS NO JARDIM ZOOLÓGICO	-	-	513.665.300	-	-	513.665.300
5.022	RENOVAÇÃO PARCIAL DO PARQUE DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA FZDF	-	500.000.000	500.000.000	-	-	1.000.000.000
5.023	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE FOMENTO À AGRICULTURA IRRIGADA	-	-	4.475.429.234	-	-	4.475.429.234
5.024	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO RURAL SANTOS DUMONT	-	-	620.000.000	-	-	620.000.000
5.025	CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO DE BRASÍLIA	-	-	724.184.882	-	-	724.184.882
5.027	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE OBRAS DA FZDF	-	225.000.000	166.342.808	-	-	391.342.808
5.028	REEQUIPAMENTO, MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE NÚCLEOS RURAIS	-	-	246.809.027	-	-	246.809.027
1.095	DISCRIMINAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE TERRAS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000
1.124	PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS MELHORADAS	66.550.000	-	-	-	-	66.550.000
1.007	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS REFERENTES AO PROGRAMA EMERGENCIAL	33.256.000	-	-	-	-	33.256.000
1.039	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS NO MEIO RURAL	275.000.000	-	-	-	-	275.000.000
2.100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	232.000.000	-	-	-	-	232.000.000
5.026	CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS INCLUSIVE NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA	-	-	316.000.000	-	-	316.000.000
TOTAIS		21.356.647.665	27.965.581.335	8.989.599.811	84.007.514	-	58.395.836.325

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO — EXERCÍCIO DE 1.985 — Em (Cr$ 1)

51000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
51001 - FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - FZDF — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
5.019	PLANO DE SAÚDE ANIMAL - CONVÊNIO MA/FZDF - PRONASA	3.1.1.1	023	1.050.000	
		3.1.2.0	023	33.000.000	
		3.1.3.2	023	2.000.000	36.000.000
6.006	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE REVENDA DE MATERIAL AGROPECUÁRIO DERMA	3.1.1.1	020	15.000.000	
		3.1.2.0	020	200.000.000	
		3.1.3.2	020	330.000.000	
		4.1.2.0	020	30.000.000	
		4.2.3.0	020	23.970.056.000	24.545.056.000
6.007	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA - DEMA	3.1.1.1	020	5.000.000	
		3.1.2.0	020	2.169.909.000	
		3.1.3.2	020	100.000.000	
		4.1.2.0	020	100.000.000	2.374.909.000
5.020	IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	4.1.1.0	021	1.427.168.560	1.427.168.560
5.021	EXECUÇÃO DE OBRAS NO JARDIM ZOOLÓGICO	4.1.1.0	021	513.665.300	513.665.300
5.022	RENOVAÇÃO PARCIAL DO PARQUE DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA FZDF	4.1.2.0	021	500.000.000	
		4.1.2.0	020	500.000.000	1.000.000.000
5.023	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE FOMENTO À AGRICULTURA IRRIGADA	4.1.1.0	021	4.475.429.234	4.475.429.234
2.056	EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE FOMENTO AGROPECUÁRIO E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	3.1.1.1	000	13.835.138.665	
		3.1.1.3	000	3.514.903.000	
		3.1.2.0	000	1.671.000.000	
		3.1.2.0	020	95.000.000	
		3.1.3.1	000	5.000.000	
		3.1.3.1	020	1.616.335	
		3.1.3.2	000	1.195.000.000	
		3.1.3.2	020	100.000.000	
		3.1.9.1	000	5.425.000	
		3.1.9.2	000	300.575.000	
		3.1.9.2	020	65.000.000	
		3.2.5.3	000	275.000	
		3.2.6.0	000	176.725.000	
		4.1.2.0	000	44.800.000	
5.017	CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS CONVÊNIO IBDF/ FZDF	4.1.2.0	020	59.000.000	21.069.458.000
		3.1.2.0	023	11.000.000	
		3.1.3.2	023	1.007.514	
		4.1.2.0	023	2.000.000	14.007.514
5.018	INFORMAÇÕES DE PREÇOS E MERCADOS AGRÍCOLAS-CONVÊNIO MA/FZDF - SIMA	3.1.1.1	023	8.000.000	
		3.1.2.0	023	16.000.000	
		3.1.3.2	023	10.000.000	34.000.000
5.024	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO RURAL SANTOS DUMONT	4.1.1.0	021	620.000.000	620.000.000
5.025	CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRASÍLIA	4.1.1.0	021	724.184.882	724.184.882
5.026	CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS INCLUSIVE NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA	4.1.1.0	021	316.000.000	316.000.000
5.027	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE OBRAS DA FZDF	4.1.1.0	020	225.000.000	
		4.1.1.0	021	166.342.808	391.342.808
5.028	REEQUIPAMENTO, MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE NÚCLEOS RURAIS	4.1.1.0	021	246.809.027	246.809.027
1.095	DISCRIMINAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE TERRAS RURAIS DO DF.	3.1.3.2	000	1.000.000	1.000.000
1.124	PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS MELHORADAS	3.1.2.0	000	45.000.000	
		3.1.3.2	000	16.000.000	
		4.1.2.0	000	5.550.000	66.550.000
1.007	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS REFERENTES AO PROGRAMA EMERGENCIAL	3.2.6.1	000	17.816.000	
		4.3.5.1	000	15.440.000	33.256.000
1.039	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS NO MEIO RURAL	3.1.3.2	000	275.000.000	275.000.000
2.100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	3.1.3.2	000	232.000.000	232.000.000

PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
17.379.316.665	7.075.073.849	33.941.445.811	58.395.836.325

DECRETO Nº 8.751, DE 26 DE JULHO DE 1985

Altera o orçamento da Fundação Hospitalar do Distrito Federal – FHDF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 107, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, combinado com o art. 44, item I, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 8.372 de 28 de dezembro de 1984, e o que consta no Processo nº 061.004827/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica alterado na forma dos quadros anexos, o orçamento da Fundação Hospitalar do Distrito Federal-FHDF.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985,
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO — EXERCÍCIO DE 1.985

47000 - SECRETARIA DE SAÚDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
47001 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - FHDF

Em (Cr$ 1)

RECEITA			DESPESA	
CATEGORIA ECONÔMICA - FONTE			FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO - ATIVIDADE	
			FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO	233.916.223.917
			PROGRAMA 47 - ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS	1.390.623.000
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	218.591.486.600	SUBPROGRAMA 235 - BOLSAS DE ESTUDO	1.390.623.000
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	30.150.000	2.011 - PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDOS A MÉDICOS RESIDENTES	1.390.623.000
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	32.921.240.000	PROGRAMA 75 - SAÚDE	232.525.600.917
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	184.492.598.000	SUBPROGRAMA 428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	226.433.640.917
1712.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL	184.492.598.000	2.007 - PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, PREVENTIVA E CURATIVA EM SOBRADINHO	12.287.957.000
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.147.498.600	2.093 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM NÍVEL REGIONALIZADO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PREVENTIVA	31.830.720.000
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	13.496.595.000	2.044 - PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE E PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	163.514.219.262
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.761.142.000	2.111 - CONSOLIDAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO E ADEQUAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA CEILÂNDIA	14.079.560.000
2410.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	10.761.142.000	1.193 - EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DA F H D F.	1.000.000
	FUNDEFE	10.261.760.000	1.194 - REFORMA, RECUPERAÇÃO, ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DA FHDF.	549.384.655
2412.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL	499.382.000	1.195 - COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS E DOS EQUIPAMENTOS DO HRAN	1.000.000
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.735.453.000	5.049 - APLICAÇÃO SOCIAL DE INFORMÁTICA EM SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	1.000.000.000
	SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.828.142.317	5.050 - REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE DO GUARÁ I	14.100.000
			5.051 - REFORMA E RECUPERAÇÃO DO CENTRO DE ORIENTAÇÃO MÉDICA PSICO-PEDAGÓGICA	155.100.000
			5.054 - REFORMA, RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL DE PRONTO ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO	3.000.000.000
			SUBPROGRAMA 025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	6.092.560.000
			5.048 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DO HOSPITAL DE APOIO	3.845.000.000
			5.052 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DO NÚCLEO BANDEIRANTE	910.860.000
			5.053 - CONSTRUÇÃO DO PRONTO SOCORRO DE CEILÂNDIA	1.336.700.000
TOTAL		233.916.223.917	TOTAL	233.916.223.917

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO — EXERCÍCIO DE 1.985 — Em (Cr$ 1)

47000 - SECRETARIA DE SAÚDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
47001 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - FHDF

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTES DE RECURSOS				
		PRÓPRIOS FT-020	G.D.F. FT-000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO FT-069	FUNDEFE FT-021	TOTAL
2.011	PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDOS A MÉDICOS RESIDENTES	-	1.390.623.000	-	-	1.390.623.000
2.007	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, PREVENTIVA E CURATIVA EM SOBRADINHO	-	1.128.997.000	11.158.960.000	-	12.287.957.000
2.044	PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE E PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	38.598.481.262	11.284.978.000	113.630.760.000	-	163.514.219.262
2.093	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM NÍVEL REGIONALIZADO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PREVENTIVA	-	-	31.830.720.000	-	31.830.720.000
2.111	CONSOLIDAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO E ADEQUAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA CEILÂNDIA	-	-	14.079.560.000	-	14.079.560.000
1.193	EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DA FHDF	-	1.000.000	-	-	1.000.000
1.194	REFORMA, RECUPERAÇÃO, ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DA FHDF	64.002.655	485.382.000	-	-	549.384.655
1.195	COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS E DOS EQUIP. DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE	-	1.000.000	-	-	1.000.000
5.048	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DO HOSPITAL DE APOIO	-	-	-	3.845.000.000	3.845.000.000
5.049	APLICAÇÃO SOCIAL DE INFORMÁTICA EM SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE DO DF	-	-	-	1.000.000.000	1.000.000.000
5.050	REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE DO GUARÁ I	-	-	-	14.100.000	14.100.000
5.051	REFORMA E RECUPERAÇÃO DO CENTRO DE ORIENTAÇÃO MÉDICA PSICO-PEDAGÓGICA	-	-	-	155.100.000	155.100.000
5.052	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DO NÚCLEO BANDEIRANTE	-	-	-	910.860.000	910.860.000
5.053	CONSTRUÇÃO DO PRONTO SOCORRO DE CEILÂNDIA	-	-	-	1.336.700.000	1.336.700.000
5.054	REFORMA, RECUPERAÇÃO E AMPLIANÇÃO DO HOSPITAL DE PRONTO ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO	-	-	-	3.000.000.000	3.000.000.000
TOTAL		38.662.483.917	14.291.980.000	170.700.000.000	10.261.760.000	233.916.223.917

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO — EXERCÍCIO DE 1.985 — Em (Cr$ 1)

47000 - SECRETARIA DE SAÚDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
47001 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - FHDF

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
2.044	PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE E PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	3.1.1.1	069	76.063.720.000	
		3.1.1.1	020	203.194.000	
		3.1.1.3	069	18.597.130.000	
		3.1.2.0	000	8.792.630.000	
		3.1.2.0	069	11.089.910.000	
		3.1.2.0	020	436.599.663	
		3.1.3.2	020	34.765.527.905	
		3.1.3.2	069	7.900.000.000	
		3.1.9.2	000	85.600.000	
		3.2.5.9	000	91.000.000	
		3.2.6.1	000	10.065.000	
		3.2.6.2	000	130.853.000	
		3.2.8.0	000	2.162.830.000	
		4.1.2.0	020	3.193.159.694	
		4.3.5.1	000	12.000.000	163.514.219.262
2.111	CONSOLIDAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO E ADEQUAÇÃO DE SERV. DE SAÚDE NA CEILÂNDIA	3.1.1.1	069	7.269.090.000	
		3.1.1.3	069	1.936.980.000	
		3.1.2.0	069	1.621.920.000	
		3.1.3.2	069	3.047.950.000	
		3.1.9.2	069	12.600.000	
		3.2.5.9	069	15.000.000	
		3.2.8.0	069	176.920.000	14.079.560.000
2.011	PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDOS A MÉDICOS RESIDENTES	3.2.5.4	000	1.390.623.000	1.390.623.000
1.193	EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	4.1.2.0	000	1.000.000	1.000.000
1.194	REFORMA, RECUPERAÇÃO, ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DA FHDF	4.1.1.0	000	485.382.000	
		4.1.1.0	020	64.002.655	549.384.655
1.195	COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS E DOS EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL REG. DA ASA NORTE	4.1.1.0	000	1.000.000	1.000.000
2.007	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, PREVENTIVA E CURATIVA EM SOBRADINHO	3.1.1.1	069	5.734.560.000	
		3.1.1.3	069	1.500.760.000	
		3.1.2.0	069	2.536.230.000	
		3.1.3.2	000	953.714.000	
		3.1.3.2	069	1.387.410.000	
		3.1.9.2	000	12.600.000	
		3.2.5.9	000	15.000.000	
		3.2.8.0	000	147.683.000	12.287.957.000
2.093	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM NÍVEL REGIONALIZADO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PREVENTIVA	3.1.1.1	069	19.341.270.000	
		3.1.1.3	069	5.357.390.000	
		3.1.2.0	069	3.256.780.000	
		3.1.3.2	069	3.474.640.000	
		3.1.9.2	069	12.000.000	
		3.2.8.0	069	438.640.000	31.830.720.000
5.048	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DO HOSPITAL DE APOIO	4.1.1.0	021	3.525.000.000	
		4.1.2.0	021	320.000.000	3.845.000.000
5.049	APLICAÇÃO SOCIAL DE INFORMÁTICA EM SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	4.1.2.0	021	1.000.000.000	1.000.000.000
5.050	REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE DO GUARÁ I	4.1.1.0	021	14.100.000	14.100.000
5.051	REFORMA E RECUPERAÇÃO DO CENTRO DE ORIENTAÇÃO MÉDICA PSICO-PEDAGÓGICA	4.1.1.0	021	155.100.000	155.100.000
5.052	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DO NÚCLEO BANDEIRANTE	4.1.1.0	021	846.000.000	
		4.1.2.0	021	64.860.000	910.860.000
5.053	CONSTRUÇÃO DO PRONTO SOCORRO DE CEILÂNDIA	4.1.1.0	021	1.336.700.000	1.336.700.000
5.054	REFORMA, RECUPERAÇÃO E AMPLIANÇÃO DO HOSPITAL DE PRONTO ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO	4.1.1.0	021	3.000.000.000	3.000.000.000

PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
136.003.194.000	83.894.725.568	14.018.304.349	233.916.223.917

DECRETO Nº 8.752, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 332.529.000 (trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.005951/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Agricultura e Produção — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cr$ 332.529.000 (trezentos e trinta e dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

21002.04180212.894 — Desenvolvimento de Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER
000 — 3212.02 — Outras Despesas Correntes..... 332.529.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.753, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 1.277.760.000 (um bilhão, duzentos e setenta e sete milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combi-

nado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.006083/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto ao Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação o crédito suplementar no valor de Cr$ 1.277.760.000 (um bilhão, duzentos e setenta e sete milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

11003.08460212.006 — Planejamento, Promoção e Coordenação da Política de Educação Física, Desportos e Recreação.
000 — 3120.00 — Material de Consumo..... 100.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 1.177.760.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 577.760.000 (quinhentos e setenta e sete milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros) e Cr$ 700.000.000 (setecentos milhões de cruzeiros) no 3º e 4º trimestre, respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.754 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 424.000.000 (quatrocentos e vinte e quatro milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.006539/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria do Governo o crédito suplementar no valor de Cr$ 424.000.000 (quatrocentos e vinte e quatro milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

13001.03090212.010 — Coordenação das Atividades de Planejamento, Orçamento e Modernização da Ação Governamental.
000 — 3120.00 — Material de Consumo..... 20.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 404.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) e 224.000.000 (duzentos e vinte e quatro milhões de cruzeiros) no 3º e 4º trimestre, respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.755 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 900.000.000 (novecentos milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 112.001254/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cr$ 900.000.000 (novecentos milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

19002.08462282.908 — Manutenção do Parque Recreativo e Turístico de Brasília.
000 — 3212.02 — Outras Despesas Correntes..... 500.000.000
19002.10070212.850 — Execução de Obras e Serviços de Urbanização e Construção Civil.
000 — 3212.02 — Outras Despesas Correntes..... 400.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.756 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 1.690.350.000 (um bilhão, seiscentos e noventa milhões e trezentos e cinquenta mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.004167/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto a Administração de Ceilândia o crédito suplementar no valor de Cr$ 1.690.350.000 (um bilhão, seiscentos e noventa milhões e trezentos e cinquenta mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

13010.03070212.017 — Administração Governamental em Ceilândia.
000 — 3120.00 — Material de Consumo..... 60.350.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 100.000.000
13010.03070212.104 — Patrulha Motomecanizada de Ceilândia
000 — 3120.00 — Material de Consumo..... 40.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos..... 60.000.000

13010.03070252.097 — Conservação de Edifícios e Logradouros Públicos de Ceilândia.
000 — 3120.00 — Material de Consumo..... 130.000.000

13010.10585752.116 — Conservação de Áreas Urbanizadas de Ceilândia.
000 — 3120.00 — Material de Consumo..... 150.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 200.000.000

13010.10603272.091 — Custeio do Sistema de Iluminação Pública de Ceilândia.
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 950.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e Cr$ 940.350.000 (novecentos e quarenta milhões e trezentos e cinquenta mil cruzeiros) no 3º e 4º trimestre, respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.757 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 578.438.151 (quinhentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e cento e cinquenta e um cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o artigo 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 tendo em vista o que consta no Processo nº 030.002340/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cr$ 578.438.151 (quinhentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e cento e cinquenta e um cruzeiros), nas seguintes dotações orçamentárias:

01001.01020022.001 — Fiscalização e Controle da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos.
000 — 3120.00 — Material de Consumo 446.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 105.000.000
000 — 3192.00 — Despesas de Exercícios Anteriores 5.000.000
01001.01824952.002 — Encargos com Inativos e Pensionistas.
000 — 3291.00 — Sentenças Judiciárias 2.438.151
000 — 3292.00 — Despesas de Exercícios Anteriores 20.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 404.906.706 (quatrocentos e quatro milhões, novecentos e seis mil e setecentos e seis cruzeiros) e Cr$ 173.531.445 (cento e setenta e três milhões, quinhentos e trinta e um mil e quatrocentos e quarenta e cinco cruzeiros) no 3º e 4º trimestres, respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.758, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 601.317.000 (seiscentos e um milhões e trezentos e dezessete mil cruzeiros) às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 131.000760/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Região Administrativa II — Gama, o crédito suplementar no valor de Cr$ 601.317.000 (seiscentos e um milhões e trezentos e dezessete mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

13004.03070212.014 — Administração Governamental no Gama
000 — 3120.00 — Material de Consumo 60.000.000
13004.10603272.015 — Custeio do Sistema de Iluminação Pública do Gama.
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 350.000.000
13004.03070212.067 — Patrulha Motomecanizada do Gama
000 — 3120.00 — Material de Consumo 20.000.000
13004.03070252.068 — Conservação de Edifícios e Logradouros Públicos do Gama
000 — 3120.00 — Material de Consumo 91.317.000
13004.10585752.069 — Conservação de Áreas Urbanizadas no Gama
000 — 3120.00 — Material de Consumo 30.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 50.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS DE ARAUJO

DECRETO Nº 8.759 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 11.792.000.000 (onze bilhões, setecentos e noventa e dois milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.005808/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Finanças o crédito suplementar no valor de Cr$ 11.792.000.000 (onze bilhões, setecentos e noventa e dois milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:
15001.03080121.035 — Administração e Controle Fazendário
000 — 3192.00 — Despesas de Exercícios Anteriores 200.000.000
000 — 3261.00 — Juros da Dívida Contratada 11.492.000.000
000 — 3292.00 — Despesas de Exercícios Anteriores 100.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, Parágrafo 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesas, sendo Cr$ 3.522.000.000 (três bilhões, quinhentos e vinte e dois milhões de cruzeiros) e Cr$ 8.270.000.000 (oito bilhões, duzentos e setenta milhões de cruzeiros) no 3º e 4º trimestres, respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO
MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.760, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277 de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.006458/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Finanças o crédito suplementar no valor de Cr$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

15001.03080212.035 — Administração e Controle Fazendário.
000 — 3120.00 — Material de Consumo 400.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 200.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) e Cr$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) no 3º e 4º trimestres, respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.761, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 869.200.000 (oitocentos e sessenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas

pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.005284/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de Cr$ 869.200.000 (oitocentos e sessenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:
14001.03070212.028 — Direção e Coordenação dos Sistemas Administrativos
000 — 4120.00 — Equipamentos e Material Permanente 230.000.000
14001.03070212.029 — Encargos com a Manutenção de Transportes Internos
000 — 4120.00 — Equipamentos e Material Permanente 619.200.000
14001.03070212.033 — Encargos com a Manutenção de Próprios do Governo do Distrito Federal
000 — 4250.00 — Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizados 20.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, Parágrafo 1º, e item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.762, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 48.870.000 (quarenta e oito milhões, oitocentos e setenta mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 113.000420/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cr$ 48.870.000 (quarenta e oito milhões, oitocentos e setenta mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

19002.16885311.906 — Execução do Plano Rodoviário do Distrito Federal, inclusive Pavimentação da Estrada Vicinal DF — 1
000 — 3211.02 — Outras Despesas Correntes 48.870.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, Parágrafo 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.763, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 924.497.000 (novecentos e vinte e quatro milhões e quatrocentos e noventa e sete mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 050.002198/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Segurança Pública — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cr$ 924.497.000 (novecentos e vinte e quatro milhões e quatrocentos e noventa e sete mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias.

22002.16915732.896 — Coordenação do Sistema de Sinalização e Segurança de Tráfego do Distrito Federal
000 — 3211.02 — Outras Despesas Correntes 624.497.000
22002.16915732.907 — Atividades Educativas de Trânsito
000 — 3211.02 — Outras Despesas Correntes 300.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, parágrafo 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.764, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 519.977.000 (quinhentos e dezenove milhões, novecentos e setenta e sete mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277 de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 062.000194/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto ao Instituto de Saúde do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cr$ 519.977.000 (quinhentos e dezenove milhões, novecentos e setenta e sete mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

17003.13750212.095 — Execução das Atividades de Biologia Médica e Combate as Endemias.
000 — 3120.00 — Material de Consumo 390.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 129.977.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei n 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.765 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 270.000.000 (duzentos e setenta milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.004011/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras o crédito suplementar no valor de Cr$ 270.000.000 (duzentos e setenta milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:
19001.10070212.048 — Desenvolvimento das Atividades Viárias, Imobiliárias, de Arquitetura e Urbanismo e de Edificações
000 — 3120.00 — Material de Consumo 60.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 210.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3" trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.766 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 700.000.000 (setecentos milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo n" 112.002471/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cr$ 700.000.000 (setecentos milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:
19002.10070212.850 — Execução de Obras e Serviços de Urbanização e Construção Civil
000 — 4311.03 — Auxílios para Amortização da Dívida Interna 700.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3" trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.767 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 5.390.000.000 (cinco bilhões, trezentos e noventa milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 43, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo n" 030.006655/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Secretaria de Finanças o crédito suplementar no valor de Cr$ 5.390.000.000 (cinco bilhões, trezentos e noventa milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:
15001.03080212.035 — Administração e Controle Fazendário
000 — 4351.00 — Amortização da Dívida Contratada 5.390.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 4" trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.768, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 4.508.861.000 (quatro bilhões, quinhentos e oito milhões e oitocentos e sessenta e um mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo n" 050.001438/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Secretaria de Segurança Pública o crédito suplementar no valor de Cr$ 4.508.861.000 (quatro bilhões, quinhentos e oito milhões e oitocentos e sessenta e um mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:
22001.06301742-058 — Planejamento, Coordenação e Controle das Atividades de Natureza Policial
000 — 3120.00 — Material de Consumo 3.308.861.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 1.200.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3" trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.769, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 5.209.677.000 (cinco bilhões, duzentos e nove milhões, seiscentos e setenta esete mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo n" 030.002167/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Secretaria do Governo — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cr$ 5.209.677.000 (cinco bilhões, duzentos e nove milhões, seiscentos e setenta e sete mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentárias:
13002.03090452.827 — Apoio ao Desenvolvimento da Ação Governamental
000 — 3212.02 — Outras Despesas Correntes 5.209.677.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros) e Cr$ 2.209.677.000 (dois bilhões, duzentos e nove milhões, seiscentos e setenta e sete mil cruzeiros) no 3" e 4" trimestres respectivamente.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.770, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 160.000.000 (cento e sessenta milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo n" 134.000781/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Região Administrativa V — Sobradinho o crédito suplementar no valor de Cr$ 160.000.000 (cento e sessenta milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:
13007.10603272.022 — Custeio do Sistema de Iluminação Pública de Sobradinho
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 160.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros) e Cr$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros) no 3" e 4" trimestre, respectivamente.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.771, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 210.000.000 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo n" 030.005354/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Região Administrativa IV — Brazlândia o crédito suplementar no valor de Cr$ 210.000.000 (duzentos e dez milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

13006.03070212.019 — Administração Governamental em Brazlândia
000 — 3120.00 — Material de Consumo 10.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 30.000.000
13006.03070212.073 — Patrulha Motomecanizada de Brazlândia
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 40.000.000
13006.03070252.074 — Conservação de Edifícios e Logradouros Públicos de Brazlândia
000 — 3120.00 — Material de Consumo 15.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 15.000.000
13006.10585752.075 — Conservação de Areas Urbanizadas de Brazlândia
000 — 3120.00 — Material de Consumo 15.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 15.000.000
13006.10603272.020 — Custeio do Sistema de Iluminação Pública de Brazlândia
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 70.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3" trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.772, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 175.722.000 (cento e setenta e cinco milhões e setecentos e vinte e dois mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo n" 135.000367/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Região Administrativa VI — Planaltina o crédito suplementar no valor de Cr$ 175.722.000 (cento e setenta e cinco milhões e setecentos e vinte e dois mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

13008.03070212.023 — Administração Governamental em Planaltina
000 — 3120.00 — Material de Consumo 140.722.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 35.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 87.861.000 (oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e um mil cruzeiros) e Cr$ 87.861.000 (oitenta e sete milhões e oitocentos e sessenta e um mil cruzeiros) no 3" e 4" trimestres, respectivamente.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSE CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS DE ARAUJO

DECRETO Nº 8.773 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 101.000.000 (cento e um milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo n" 030.005364/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Secretaria de Agricultura e Produção o crédito suplementar no valor de Cr$ 101.000.000 (cento e um milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

21001.04070212.055 — Planejamento, Coordenação e Apoio de Execução das Políticas Agropecuária, Industrial e Comercial
000 — 3120.00 — Material de Consumo 16.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 85.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43 parágrafo 1", item II, da Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3" trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97" da República e 26" de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSE CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.774 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 239.966.000 (duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e seis mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo n" 132.001924/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Região Administrativa III — Taguatinga o crédito suplementar no valor de Cr$ 239.966.000 (duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e seis mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

13005.03070252.071 — Conservação de Edifícios e Logradouros Públicos de Taguatinga
00 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 89.966.000
13005.10585752.072 — Conservação de Areas Urbanizadas de Taguatinga
00 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 150.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, Parágrafo 1", item III, da Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, pela anulação em igual valor das dotações orçamentárias que se seguem de própria Unidade:
13005.03070252.071 — Conservação de Edifícios e Logradouros Públicos de Taguatinga

00 — 4110.00 — Obras e Instalações 89.966.000
130005.10585752.072 — Conservação de Areas Urbanizadas de Taguatinga.
00 — 4110.00 — Obras e Instalações 150.000.000

Art. 3" — Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 3" e 4" trimestres, de conformidade com os artigos anteriores.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97" da República e 26" de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.775 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 489.556.000 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo n" 030.005703/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Administração da Estação Rodoviária de Brasília — AERB o crédito suplementar no valor de Cr$ 489.556.000 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

20003.16885322.053 — Manutenção e Conservação dos Terminais Rodoviários do Plano Piloto.
000 — 3120.00 — Material de Consumo 150.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 339.556.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 201.974.505 (duzentos e um milhões, novecentos e setenta e quatro mil e quinhentos e cinco cruzeiros) e Cr$ 287.581.495 (duzentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e um mil e quatrocentos e noventa e cinco cruzeiros) no 3" e 4" trimestres, respectivamente.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.776, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 4.411.572.000 (quatro bilhões, quatrocentos e onze milhões e quinhentos e setenta e dois mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo n" 030.005.113/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana — SLU o crédito suplementar no valor de Cr$ 4.411.572.000. (quatro bilhões, quatrocentos e onze milhões e quinhentos e setenta e dois mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

20004.10600212.054 — Execução das Atividades de Coleta de Lixo e Limpeza de Vias e Logradouros Públicos.
000 — 3120.00 — Material de Consumo 3.810.572.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 600.000.000
000 — 3192.00 — Despesas de Exercícios Anteriores 1.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 2.646.943.000 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e seis milhões e novecentos e quarenta e três mil cruzeiros) e Cr$ 1.764.629.000 (um bilhão, setecentos e sessenta e quatro milhões e seiscentos e vinte e nove mil cruzeiros) no 3" e 4" trimestres, respectivamente.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.777 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo n" 030.006442/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cr$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

01001.0102022.001 — Fiscalização e Controle da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos.
000 — 4120.00 — Equipamentos e Material Permanente 350.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 115.740.661 (cento e quinze milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e sessenta e um cruzeiros) e Cr$ 234.259.339 (duzentos e trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e nove cruzeiros) no 3" e 4" trimestres, respectivamente.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.778, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo n" 030.002487/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento — ASRIA o crédito suplementar no valor de Cr$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

13009.10603272.026 — Custeio do Sistema de Iluminação Pública do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento.

000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 550.000.000
13009.03070212.082 — Patrulha Motomecanizada do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento.
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 50.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.779 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 3.950.000.000 (três bilhões e novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.005586/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de Cr$ 3.950.000.000 (três bilhões e novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

14001.03070212.028 — Direção e Coordenação dos Sistemas Administrativos.
000 — 3120.00 — Material de Consumo 150.000.000
14001.03070212.029 — Encargos com a Manutenção de Transportes Internos.
000 — 3120.00 — Material de Consumo 3.800.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 1.765.000.000 (um bilhão, setecentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros) e Cr$ 2.185.000.000 (dois bilhões, cento e oitenta e cinco milhões de cruzeiros) no 3º e 4º trimestre, respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.780 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 48.153.011.000 (quarenta e oito bilhões, cento e cinquenta e e três milhões e onze mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 061.005542/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Saúde, — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cr$ 48.153.011.000 (quarenta e oito bilhões, cento e cinquenta e três milhões e onze mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

17002.13754282.807 — Prestação de Assistência Médico Hospitalar, Preventiva e Curativa em Sobradinho.
000 — 3211.02 — Outras Despesas correntes 3.000.000.000
17002.13754282.844 — Promoção e Execução de Programas de Saude e Prestação de Assistência Médico-Hospitalar.
000 — 3211.02 — Outras Despesas Correntes. 42.153.011.000
17002.13754282.911 — Consolidação de atendimento Médico e Adequação de Serviços de Saúde na Ceilândia.
000 — 3211.02 — Outras Despesas Correntes. 3.000.000.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 28.153.011.000 (vinte e oito bilhões, cento e cinquenta e três milhões e onze mil cruzeiros) e Cr$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) no 3º e 4º trimestre, respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.781 DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 282.933.000 (duzentos e oitenta e dois milhões e novecentos e trinta e três mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 031.000263/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos o crédito suplementar no valor de Cr$ 282.933.000 (duzentos e oitenta e dois milhões e novecentos e trinta e três mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

14002.03070212.034 — Desenvolvimento de Recursos Humanos
000 — 3120.00 — Material de Consumo. 16.000.000
000 — 3131.00 — Remuneração de Serviços Pessoais 189.433.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 77.500.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, parágrafo 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 141.466.000 (cento e quarenta e um milhões e quatrocentos e sessenta e seis mil cruzeiros) e Cr$ 141.467.000 (cento e quarenta e um milhões e quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros) no 3º e 4º trimestre, respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO Nº 8.782, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 2.835.090.000 (dois bilhões, oitocentos e trinta e cinco milhões e noventa mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.005451/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cr$ 2.835.090.000 (dois bilhões, oitocentos e trinta e cinco milhões e noventa mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

22004.06301782.061 — Prevenção, Extinção e Perícias de Incêndios, Busca e Salvamento
000 — 3120.00 — Material de Consumo. 1.700.000.000
000 — 3131.00 — Remuneração de Serviços Pessoais 110.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 953.590.000
000 — 3292.00 — Despesas de Exercícios Anteriores 71.500.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 2.228.000.000 (dois bilhões, duzentos e vinte e oito milhões de cruzeiros) e Cr$ 607.090.000 (seiscentos e sete milhões e noventa mil cruzeiros) no 3" e 4" trimestres, respectivamente.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985.
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.783, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 820.000.000 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo n" 030.006203/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto ao Departamento de Turismo o crédito suplementar no valor de Cr$ 820.000.000 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:
11002.11650212.004 — Planejamento e Coordenação das Atividades de Suporte ao Turismo
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 820.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3" trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.784, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 1.450.045.000 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta milhões e quarenta e cinco mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8", item I, da Lei n" 7.277, de 10 de dezembro de 1984, combinado com o artigo 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro aprovadas pela Lei n" 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo n" 073.001810/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Secretaria de Agricultura e Produção — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de Cr$ 1.450.045.000 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta milhões e quarenta e cinco mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:
21002.04070212.856 — Execução de Programas de Fomento Agropecuário e Preservação dos Recursos Naturais.
000 - 3211.02 — Outras Despesas Correntes 1.450.045.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Artigo 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) e Cr$ 450.045.000 (quatrocentos e cinquenta milhões e quarenta e cinco mil cruzeiros) no 3" e 4" trimestres, respectivamente.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO

DECRETO Nº 8.785, DE 26 DE JULHO DE 1985

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 1.190.000.000 (hum bilhão, cento e noventa milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8", item I, da Lei n" 7.277 de 10 de dezembro de 1984, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo n" 132.001643/85,

DECRETA:

Art. 1" — Fica aberto à Região Administrativa III — Taguatinga, o crédito suplementar no valor de Cr$ 1.190.000.000 (hum bilhão, cento e noventa milhões de cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:
13005.03070212.016 — Administração Governamental em Taguatinga
000 — 3120.00 — Material de Consumo 300.000.000
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 800.000.000
13005.03070212.070 — Patrulha Motomecanizada de Taguatinga
00 — 3120.00 — Material de Consumo 30.000.000
00 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 60.000.000

Art. 2" — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1", item II, da Lei n" 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3" — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cr$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros) e Cr$ 190.000.000 (cento e noventa milhões de cruzeiros) no 3" e 4" trimestres, respectivamente.

Art. 4" — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1985
97" da República e 26" de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAUJO

DECRETO N.o 8.786 DE 26 DE JULHO DE 19 85

Cria Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar normas relativas à sinalização visual de Brasília.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, e

considerando que a afixação de cartazes, out-doors, placas, letreiros luminosos e outros indicadores publicitários sem a observância de normas específicas e cuidados especiais vem concorrendo para gerar uma inaceitável poluição visual de Brasília e suas Satélites;

considerando que cumpre preservar as paisagens natural e arquitetônica desta cidade, evitando que esse tipo de publicidade venha ferir a sua concepção urbanística, inspirada na integração harmônica do homem com a natureza;

considerando que Brasília, de traçado singelo e linhas puras, é uma cidade despojada de adereços inúteis, e como tal deve ser conservada e vivida pelo seu habitante;

considerando que esse conjunto arquitetônico de ra ra beleza e plasticidade não pode ter a sua visão oculta por si nalização mal posicionada ou de gosto duvidoso;

considerando, finalmente, ser imperioso defender a cidade de possível agressão visual provocada por uma publicida de eleitoral mal orientada,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica constituído um Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos e oferecer sugestões visando disciplinar a instalação e uso de painéis, out-doors e de ou tras modalidades de sinalização visual em locais públicos e pri vados, em toda a área do Distrito Federal.

Parágrafo único - Compete ainda ao Grupo de Traba lho, observado o que dispõe a Legislação Eleitoral, propor a regulamentação da propaganda eleitoral nos locais a que se refe re este artigo.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será integrado por representantes indicados pelos seguintes órgãos e entidades, de signados por ato do Governador e sob a presidência do primeiro:

I - Secretaria de Viação e Obras;

II - Secretaria de Educação;

III - Secretaria de Serviços Públicos;

IV - Secretaria da Cultura;

V - Instituto dos Arquitetos do Brasil - Seção do Distrito Federal;

VI - Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Uni versidade de Brasília;

VII - Federação do Comércio de Brasília;

VIII - Sindicato das Agências de Propaganda do Distri to Federal

IX - 8a. Diretoria Regional da Secretaria do Patri mônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

Art. 3º - Na elaboração de suas propostas a serem oferecidas no prazo de 60 dias, o Grupo de Trabalho orientar- se-á, prioritariamente, nos considerandos deste Decreto.

Art. 4º - O apoio administrativo necessário será prestado pelo Gabinete Civil do Gabinete do Governador do Dis trito Federal.

Art. 5º - Os serviços prestados ao Grupo de Tra balho de que trata o artigo 1º serão considerados de natureza relevante.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 26 de julho de 1985
97º da República e 26º de Brasília.

Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

ARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA ROBERTO POMPEU DE SOUSA BRASIL

ARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS VERA LÚCIA DE CASTRO CHAVES PINHEIRO

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1985

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar CARLOS DA SILVA CARVALHO para exercer a Função de Confiança de Chefe Adjunto, Código LT-DAS-101.4, da Assessoria Especial da Indústria e Comércio, do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal.

Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1985

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar JOÃO CARNEIRO DE ULHOA, da função de Membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, por ter assumido o cargo de Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

Distrito Federal, 26 de julho de 1985.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1985

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.676, de 15 de setembro de 1983 e tendo em vista o disposto no artigo 3º, inciso II do Decreto nº 3.091, de 15 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Dispensar THEMÍSTOCLES DE MENDONÇA CASTRO, Promotor de Justiça, de exercer a função de Membro Suplente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de julho de 1985.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1985

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, com fundamento nos artigos 212 e 213 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968, e de acordo com o § 1º do artigo 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 7.673, de 12 de setembro de 1983,

RESOLVE:

Dispensar FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA da função de Membro da Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações — 1ª JARI, na qualidade de representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Brasília.

Brasília, 26 de julho de 1985.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1985

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, com fundamento nos artigos 212 e 213 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968, e de acordo com o § 1º do artigo 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 7.673, de 12 de setembro de 1983,

RESOLVE:

Dispensar JOÃO ESTEVÃO NETO da função de Membro-Suplente da Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações — 1ª JARI, na

qualidade de representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Brasília.

Brasília, 26 de julho de 1985.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1985

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.676, de 15 de setembro de 1983 e tendo em vista o disposto no artigo 3º, inciso II do Decreto nº 3.091, de 15 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar THEMISTOCLES DE MENDONÇA CASTRO, Promotor de Justiça, para exercer a função de Membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, na qualidade de representante do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

Distrito Federal, 26 de julho de 1985.

JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1985

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 7.676, de 15 de setembro de 1983 e tendo em vista o disposto no artigo 3º inciso II do Decreto nº 3.091, de 15 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar JOÃO ALBERTO RAMOS, Promotor de Justiça, para exercer a função de Membro Suplente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, na qualidade de representante do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

Distrito Federal, 26 de julho de 1985.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1985

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, com fundamento nos artigos 212 e 213 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968, e de acordo com o § 1º do artigo 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 7.673, de 12 de setembro de 1983,

RESOLVE:

Designar ELIAQUIM DAMACENA FELISBERTO para exercer a função de Membro da Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações — 1ª JARI, na qualidade de representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Brasília.

Brasília, 26 de julho de 1985.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1985

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, com fundamento nos artigos 212 e 213 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968, e de acordo com o § 1º do artigo 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 7.673, de 12 de setembro de 1983,

RESOLVE:

Designar FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA para exercer a função de Membro-Suplente da Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações — 1ª JARI, na qualidade de representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Brasília.

Brasília, 26 de julho de 1985.

JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 030-006578/85
INTERESSADO: VALDEMIR TEIXEIRA — Coronel BM e outros Oficiais Superiores
ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA AUSENTAREM-SE DO PAÍS

DESPACHO:

DE ACORDO. Autorizo os oficiais VALDEMIR TEIXEIRA, SEVERINO RAMOS DE FARIAS, Coronéis BM; CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO, HENRIQUE SILVA BARBOSA, CARLOS AUGUSTO PEREIRA DUARTE, PRISCO JOSÉ DE ALMEIDA JUNIOR, RENATO FERREIRA GUIMARÃES, ANTONIO CARLOS GODINHO VIEIRA, LUIZ UBIRATAM DE OLIVEIRA, Tenente-Coronéis BM; PAULO SÉRGIO RAMOS, EDSON AMORIM MACHADO, JOÃO PEREIRA MADEIRA, Majores BM, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a ausentarem-se do País, no período de 01 a 23 de setembro, com destino à Inglaterra, Alemanha, Suíça, França e Itália, para os fins constantes do processo em referência.

Brasília-DF, 25 de julho de 1985

Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

INTERESSADO: Soldado PM ENEVALDO EUCLIDES CORREA LAPA
ASSUNTO: Requisição para a Presidência da República

DESPACHO:

DE ACORDO. Autorizo. Publique-se e encaminhe-se o expediente ao Cmt da PMDF, para a apresentação.

Brasília-DF, 26 de julho de 1985

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador

INTERESSADO: Cabo PM NABOR RABELO SOBRINHO
ASSUNTO: Requisição para a Presidência da República

DESPACHO:

DE ACORDO. Autorizo. Publique-se e encaminhe-se o expediente ao Cmt da PMDF, para a apresentação.

Brasília-DF, 26 de julho de 1985

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador

GABINETE CIVIL

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a" do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Designar RITA MARIA DE JESUS para exercer a Função de Confiança de Secretário Executivo, Código LT-DAS-102.1, da Assessoria Especial da Indústria e Comércio, do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal.

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES

ATOS DO SUBCHEFE DO GABINETE CIVIL

PROCESSO Nº: 040.000153/85
ASSUNTO: Requisição de Diária nº 21/85-GAG
INTERESSADO: DOUGLAS CAMPOS DA SILVEIRA

Nos termos da alínea "I", do item I, da Portaria nº 02/83-CGC, AUTORIZO, a concessão de diária ao servidor DOUGLAS CAMPOS DA SILVEIRA, Assessor da Subchefia do Gabinete Civil, matrícula 24.273-X, por motivo de viagem a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal, à cidade de São Luiz-MA., no período de 29.07 à 01.08.85.

Brasília, 26 de julho de 1985

PAULO LEITE DE LACERDA
Subchefe do Gabinete Civil

SECRETARIA DO GOVERNO

PORTARIA CONJUNTA Nº 02/85-GAB/PRG DE 23 DE JULHO DE 1985

Constitui Grupo Executivo para os fins do disposto nos arts. 4º e 9º, do Decreto nº 3.906, de 24 de outubro de 1977, modificado pelo Decreto nº 8.690, de 05 de julho de 1985, bem como para fornecer subsídios ao estabelecimento de normas sobre a utilização e uso do solo do território do Distrito Federal.

OS SECRETARIOS DO GOVERNO, DE VIAÇÃO E OBRAS, DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO E O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições contidas no Decreto nº 3.906, de 24 de outubro de 1977, modificado pelo Decreto nº 8.690, de 05 de julho de 1985 e considerando as situações detectadas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 04/85-GAB/PRG, de 28 de maio de 1985,

RESOLVEM.

Art. 1º — Constituir um Grupo Executivo composto de um representante da Coordenação da Administração Regional: da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal: do Departamento de Arquitetura e Urbanismo: da Companhia de Água e Esgotos de Brasília: da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para:

I — proceder estudos e apresentar proposta visando o planejamento da utilização do solo do território do Distrito Federal, bem como o estabelecimento de normas complementares disciplinadoras de sua ocupação e uso:

II — propor procedimentos a curto e médio prazos, que sirvam de subsídios ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo para implementação do contido no artigo 4º, do Decreto nº 3.906, de 24 de outubro de 1977, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 8.690, de 05 de julho de 1985:

III — propor normas a serem adotadas pela Administração do Distrito Federal, visando o efetivo e permanente cumprimento das disposições constantes do artigo 9º, do Decreto nº 3.906, de 24 de outubro de 1977, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 8.690, de 05 de julho de 1985:

IV — oferecer subsídios necessários a eventuais acordos com o Estado de Goiás, visando o cumprimento do disposto pelo artigo 28, da Lei nº 2.874, de 18 de setembro de 1956:

V — fornecer elementos a serem divulgados, visando esclarecer e orientar a opinião pública sobre o assunto.

Art. 2º — O Grupo Executivo constituído por esta Portaria Conjunta, será coordenado pelo representante da Procuradoria Geral do Distrito Federal, e para consecução de seus encargos, contará com o apoio administrativo da Secretaria de Viação e Obras.

Art. 3º — O Grupo Executivo poderá solicitar ou aceitar colaborações partidas de pessoas físicas ou jurídicas integrantes da sociedade civil.

Art. 4º — Os Secretários do Governo, de Viação e Obras, de Serviços Públicos, de Agricultura e Produção encaminharão ao Procurador-Geral os nomes dos representantes dos órgãos e entidades a que se refere o art. 1º desta Portaria.

Art. 5º — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de julho de 1985

Secretário do Governo: JOSÉ CARLOS MELLO. Secretário de Viação e Obras: CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA. Secretário de Serviços Públicos: CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS. Secretário de Agricultura e Produção: LEONE TEIXEIRA DE VASCONCELOS. Procurador Geral: HUMBERTO GOMES DE BARROS.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 52/85-SEA; DE 23 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, do Decreto nº 7.473, de 8 de abril de 1983, e ainda o que consta do artigo 4º, item II, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

1. Incluir, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal — Parte referente à Secretaria de Educação e Cultura, Funcão do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtida mediante supressão da Função em Comissão ali indicada.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de julho de 1985

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

ANEXO.
PORTARIA Nº 52 DE 23 DE julho DE 1985.
GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC) TRANSFORMADAS OU SUPRIMIDAS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS, RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC)			
Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
01	Assistente	FC - 04	01	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DIVISÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO Assistente	DAI-112.3	Arquiteto, Engenheiro ou Técnico em Assuntos Culturais

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

EXONERAR MAURO MONTEIRO, Agente Administrativo, Código SA-401-B, Referência 24, matrícula nº 11.656-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do cargo em Comissão de Diretor, Código DAS-101.2, da Divisão de Manutenção, da Coordenação do Sistema de Transportes Internos, da Secretaria de Administração.

Brasília, 26 de julho de 1985

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar MARIA APARECIDA MONTEIRO DE ALMEIDA, Agente Administrativo, Código LT-SA-401.B, Referência 24, matrícula nº 18.951-0, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, da função de confiança de Assessor Código LT-DAS-102.2, da Assessoria de Planejamento, da Secretaria de Administração.

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar TELMA FERREIRA FREITAS, Bibliotecária, Código LT-NS-723.B, Referência 11, matrícula nº 23.289-0, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, da Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.2, da Assessoria de Planejamento, da Secretaria de Administração.

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar CARLOS OBEDES MORAES, matrícula nº 25.251-4, da função de confiança de Chefe, Código LT-DAS-101.1, do Serviço de Merceologia, da Coordenação do Sistema de Material, da Secretaria de Administração.

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Nomear SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA, Agente Administrativo, Código SA-401.B, Referência 24, matrícula n" 12.000-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor, Código DAS-101.2, da Divisão de Manutenção, da Coordenação do Sistema de Transportes Internos da Secretaria de Administração.

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Designar RONALDO FABIANO BAETA para exercer a Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.2, da Assessoria de Planejamento, da Secretaria de Administração.

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321 de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Designar LUCIANA CRUVINEL BRANDÃO para exercer a função de confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.2, da Assessoria de Planejamento, da Secretaria de Administração.

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Designar MARIA ERISMAR DE OLIVERIA, Agente Administrativo, Código LT-SA-401.B, Referência 24, matrícula n" 19.811-0, para exercer a função de confiança de Chefe, Código LT-DAS-101.1, do Serviço de Merceologia, da Coordenação do Sistema de Material, da Secretaria de Administração.

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe fo delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Nomear ROSINETE VIANA DA CUNHA, Agente Administrativo, Código SA-401.C, Referência 29, matrícula n" 04.356-7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o cargo em comissão de Secretário Executivo, Código DAS-102.1, do Gabinete do Secretário de Administração.

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o disposto no artigo 2", § 1", do Decreto n" 6.650, de 12 de março de 1982,

RESOLVE:

Designar EDUARDO DE ASSIS RIBEIRO para exercer função de assessoramento superior da Secretaria de Administração, mediante a retribuição mensal de Cr$ 3.000.000 (três milhões de cruzeiros).

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES

ATOS DO CHEFE DO GABINETE

PROCESSO N": 040.000.155/85
INTERESSADO: TEREZINHA AMARO CAMPELO BEZERRA PFEILSTICKER
ASSUNTO: Concessão de Diárias

Concedo 31 (trinta e uma) diárias de viagem, sendo 04 (quatro) no valor unitário de Cr$ 304.133 (trezentos e quatro mil, cento e trinta e três cruzeiros) e 27 (vinte e sete) no valor unitário de Cr$ 167.106,70 (cento e sessenta e sete mil, cento e seis cruzeiros e setenta centavos), no período de 01 a 31 de julho de 1985, em complementação às concedidas na RD n" 016/85, conforme autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal proferida no Processo n" 030.000.409/85, à servidora TEREZINHA AMARO CAMPELO BEZERRA PFEILSTICKER, Assessora do Secretário de Administração, matrícula n" 08.741-6.

Brasília, 09 de julho de 1985
SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JULHO DE 1985

O CHEFE DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi delegada pelo item I, alínea "e", da Portaria n" 86/84-SEA, de 11 de outubro de 1984,

RESOLVE:

MANDAR CESSAR o pagamento pela Representação de Gabinete concedida a ROZANGELA RODRIGUES MAGALHÃES, Agente de Portaria, Código LT-TP-602.B, Referência NM-15, matrícula n" 22.349-2, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS DO COORDENADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JULHO DE 1985

A COORDENADORA DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS — SEA, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "a", da Portaria n" 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982 e tendo em vista o disposto no artigo 8", do Decreto n" 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR ROSINETE VIANA DA CUNHA, Agente Administrativo, matrícula 04.356-7, Código SA-401.C, Referência NM-29, da função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, da Gerência Normativa de Cargos e Salários da Coordenação Normativa do Sistema de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Brasília, 26 de julho de 1985
SILVIA NANCI BERTAZI VIANA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JULHO DE 1985

A COORDENADORA DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS — SEA, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "a", da Portaria n" 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 8", do Decreto n" 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR ROZÂNGELA RODRIGUES MAGALHÃES, Agente de Portaria, matrícula 22.349-2, Código LT-TP-602.B, Referência NM-15, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, da Gerência Normativa de Cargos e Salários da Coordenação Normativa do Sistema de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Brasília, 26 de julho de 1985

SILVIA NANCI BERTAZI VIANA

DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JULHO DE 1985

O DIRETOR DA DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO — SEA, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "a", da Portaria n" 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 8" do Decreto n" 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR MARIA ERISMAR DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, matrícula 19.811-0, Código LT-SA-401.B, Referência NM-24, da função de Chefe da Seção de Publicação, Código LT-DAI-111.3, da Divisão de Divulgação da Secretaria de Administração.

Brasília, 26 de julho de 1985

ANTÔNIO CASTELO BRANCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 24 DE JULHO DE 1985

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, THEREZINHA LUZIA DE JESUS OUTEIRO AZEVEDO LIMA, Professor de Ensino de 1" e 2" Graus, Código M-1001, nível 3, matrícula n" 8.586-3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-102.2, do Departamento de Inspeção do Ensino, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Brasília, 24 de julho de 1985

ROBERTO POMPEU DE SOUSA BRASIL

ATOS DO CHEFE DO GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JULHO DE 1985

A CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "o", da Portaria n" 29/SEC, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

DESIGNAR DENISE TELLES DE MENEZES, Arquiteta, matrícula 1.222-5, Código LT-NS-711, Referência NS-11, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, da Divisão de Proteção do Patrimônio, do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Brasília, 23 de julho de 1985

MARIA DE SOUZA DUARTE

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-DF, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Admitir, a partir de 24 de julho de 1985, OSNI NASCIMENTO BATISTA, matrícula n" 593, para exercer o Emprego Permanente de Contador, Código LT-3-716, Classe "A", Ref. 05, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 24 de julho de 1985

MARCUS JOSÉ VIANA GADELHA

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL—ISDF, no uso das atribuições regimentais, e nos termos do disposto no artigo 3", parágrafo único do Decreto n" 7.931, de 21 de março de 1984, combinado com o artigo 1", parágrafo único, alínea "A", do Decreto n" 6.623, de 26 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

Admitir GERALDA ROSÂNGELA ESTEVES DE AMORIM SANTOS, a partir de 19 de julho de 1985, para exercer o emprego de Telefonista, Código LT-3-818, Classe "A", Ref. 04, da TP/ISDF.

Brasília-DF, 24 de julho de 1985

MARCUS JOSÉ VIANA GADELHA

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE JULHO DE 1985

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL—ISDF, no uso das atribuições regimentais, e nos termos do disposto no artigo 3", parágrafo único do Decreto n" 7.931, de 21 de março de 1984, combinado com o artigo 1", parágrafo único, alínea "a", do Decreto n" 6.623, de 26 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

Admitir MARIO FERREIRA DE SOUSA, a partir de 22 de julho de 1985, para exercer o emprego de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Código LT-NM-806, Classe "A", Ref. 01, da TP/ISDF.,

Brasília-DF, 24 de julho de 1985

MARCUS JOSÉ VIANA GADELHA

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA-SVO DE 24 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar MARIA CLÁUDIA SILVEIRA MELLO DE MENEZES, matrícula n" 23.624-1, Comissionada, da Função de Assessoramento Superior — FAS, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, a partir de 01 de agosto de 1985.

Brasília, 24 de julho de 1985

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

PORTARIA-SVO DE 24 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar JOSÉ NEWTON NOGUEIRA CADEMARTORI, matrícula n" 24.390-6, Comissionado, da Função de Assessoramento Superior — FAS, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, a partir de 01 de agosto de 1985.

Brasília, 24 de julho de 1985

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

PORTARIA-SVO DE 24 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Alterar o valor da retribuição mensal da Função de Assessoramento Superior — FAS, de MARIA DE FÁTIMA BRASIL DE MIRANDA, matrícula n" 19.508-1, para Cr$ 4.039.155 (Quatro milhões, trinta e nove mil, cento e cinquenta e cinco cruzeiros), a partir de 1" de agosto de 1985.

Brasília, 24 de julho de 1985

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

PORTARIA-SVO DE 24 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Alterar o valor da retribuição mensal da Função de Assessoramento Superior — FAS, de IVELISE MARIA LUNGHI PEREIRA DA SILVA, matrícula n" 22.367-0, para Cr$ 4.039.155 (Quatro milhões, trinta e nove mil, cento e cinquenta e cinco cruzeiros), a partir de 1" de agosto de 1985.

Brasília, 24 de julho de 1985

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

PORTARIA-SVO DE 24 DE JULHO DE 1985

O SECRETARIO DE VIAÇAO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Alterar o valor da retribuição mensal da Função de Assessoramento Superior — FAS, de SONIA MARIZA ABIJAODI DE VASCONCELLOS, matrícula n" 19.627-4, para Cr$ 4.039.155,[illegible] (Quatro milhões, trinta e nove mil cento e cinquenta e cinco cruzeiros), a partir de 1" de agosto de 1985.

Brasília, 24 de julho de 1985

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

PORTARIA-SVO DE 24 DE JULHO DE 1985

O SECRETARIO DE VIAÇAO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Alterar o valor da retribuição mensal da Função de Assessoramento Superior — FAS, de JAYME DE MIRANDA JUNIOR, matrícula n" 23.193-2, para Cr$ 4.039.155, (Quatro milhões, trinta e nove mil, cento e cinquenta e cinco cruzeiros), a partir de 1" de agosto de 1985.

Brasília, 24 de julho de 1985

CARLOS MAGALHAES DA SILVEIRA

PORTARIA-SVO DE 25 DE JULHO DE 1985

O SECRETARIO DE VIAÇAO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1", item I, alínea "a", do Decreto n" 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Designar FERNANDO JOSÉ FERREIRA DE ANDRADE, Arquiteto comissionado, para exercer a Função de Assessoramento Superior — FAS, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, mediante a retribuição mensal de Cr$ 4.039.155 (quatro milhões trinta e nove mil, cento e cincoenta e cinco cruzeiros).

Brasília, 25 de julho de 1985

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 094/85

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa, e face ao contido no Mem" n" 300/85-DESU,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOSÉ BELARMINO DE SOUSA, matrícula n" 56.768, Agente de Serviços de Engenharia I — B6, para responder pela Função Gratificada — FG-02, de Chefe da SEASF/DO, durante as férias do titular, no período de 08, a 27.07.85.

Brasília, 08 de julho de 1985

ARINO OTON DE LIMA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 104/85

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

I — DISPENSAR, a partir de 1"/08/85 o servidor NELSON CÂNDIDO DA SILVA, matrícula n" 43.102, Bibliotecário — D-7, da Função Gratificada — FG.03, de Chefe da DIAD/DEAD/DAF.

II — FICA ASSEGURADO ao referido servidor o salário e remuneração do cargo e função -- FG-03, que ocupa na Companhia, de acordo com o Decreto n" 73.877, artigo 1", de 29.03.74, enquanto o mesmo permanecer à disposição da Presidência da República.

Brasília, 24 de julho de 1985

ANTONIO LOURIVAL RAMOS DIAS

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA - AERB

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 043/85-AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA — AERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento aprovado pelo Decreto n" 5.766, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Dispensar a servidora ANTONIA GRASIA CONTINI MARTINELLI PEREIRA, matrícula n" 0792-7-AERB, da função de Diretora da Divisão de Administração Geral — DAG, desta Administração, Código LT-DAS-101.3, a partir desta data.

Brasília, 25 de julho de 1985

IVALDO DINIZ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 044/85-AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA — AERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento aprovado pelo Decreto n" 5.766, de 30 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Designar CARLOS JOSÉ CARDOSO FERREIRA, para exercer a função de Diretor da Divisão de Administração Geral — DAG, Código LT-DAS-101.3, desta Administração, a partir da presente data.

Brasília, 25 de julho de 1985

IVALDO DINIZ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 22 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, item XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto n" 4.852, de 11 de outubro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1", e item I do artigo 2" do Decreto n" 5.004, de 20 de dezembro de 1979, JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA, Artífice de Carpintaria e Marcenaria, matrícula n" 10.563-5, Código Art-503, Classe "C" Referência NM-22, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ADELSON PEREIRA DA SILVA, Encarregado da Equipe de Lubrificação/SLL/DMV/DAG, matrícula n" 12.205-X, Código DAI-111.2, por motivo de férias regulamentares, no período de 01 a 30.08.85.

Brasília, 22 de julho de 1985

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

PORTARIA DE 22 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 1.883, de 02 de setembro de 1981,

RESOLVE:

Conceder, na conformidade da relação em anexo, adicional de insalubridade aos servidores lotados nas Seções de Crimes Contra a Pessoa e Crimes Contra o Patrimônio do Instituto de Criminalística, da Coordenação de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal.

Brasília-DF, 22 de julho de 1985

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

RELAÇÃO DOS SERVIDORES LOTADOS NA SEÇÃO DE CRIMES CONTRA A PESSOA DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA, QUE FARÃO JUS AO PAGAMENTO DE INSALUBRIDADE NO GRAU MÉDIO 20%, NO PERÍODO DE 01 a 31.07.85

MATRÍCULA	N O M E
20.679-2	JOSÉ SOARES DA SILVA
20.478-1	LAURO SILVA DE SOUZA
19.185-X	WALTER CÉLIO FONSECA

RELAÇÃO DOS SERVIDORES LOTADOS NA SEÇÃO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA, QUE FARÃO JUS AO PAGAMENTO DE INSALUBRIDADE NO GRAU MÁXIMO 40%, NO PERÍODO DE 01 a 31.07.85

MATRÍCULA	N O M E
20.599-0	JOSÉ FERNANDES MOURA
14.086-4	ANTONIO JOSÉ LEAL
20.660-1	FLORISVALDO ALMEIDA MORAES

PORTARIA DE 22 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 1.883, de 02 de setembro de 1981,

RESOLVE:

Conceder adicional de insalubridade, no grau máximo, ao servidor JOSÉ MIRANDA FILHO, matrícula nº 20.848-5, em virtude do mesmo estar exercendo suas atividades na Seção de Crimes Contra o Patrimônio do Instituto de Criminalística da Coordenação de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal, a partir de 01 de julho de 1985.

Brasília-DF, 22 de julho de 1985

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

PORTARIA DE 22 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 1.883, de 02 de setembro de 1981,

RESOLVE:

Conceder adicional de insalubridade, no grau máximo, ao servidor WILSON RAMOS DE SOUZA, matrícula nº 06.476-9, em virtude do mesmo estar exercendo suas atividades na Seção de Crimes Contra o Patrimônio do Instituto de Criminalística da Coordenação de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal, a partir de 01 de junho de 1985.

Brasília-DF, 22 de julho de 1985

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

PORTARIA DE 22 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, item XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item IV do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MOZART COSTA BALDEZ FILHO, Escrivão de Polícia, matrícula 21.500-7, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ARLETE MARIA PELICANO, Chefe do Cartório da CGP/PCDF, matrícula 18.755-0, Código DAI-111.3, por motivo de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 22.07.85.

Brasília, 22 de julho de 1985

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

PORTARIA DE 22 DE JULHO DE 1985

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, item XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, FILOMENO DE PAIVA DIAS, Artífice Esp. Carp. e Marcenaria, matrícula nº 20.622-9, Código Art-503, Classe "C", Referência NM-22, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir FRANCISCO RAIMUNDO NOGUEIRA SALES, Chefe da Seção de Lavagem e Lubrificação/DMV/DAG, matrícula nº 21.469-8, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, no período de 01 a 30.08.85.

Brasília, 22 de julho de 1985

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

REQUISIÇÕES Nºs: 111 e 112/85
INTERESSADOS: AURÉLIO FERNANDES DE QUEIROS e outro
ASSUNTO: Diária de viagem

DESPACHO:

I — De acordo. Concedo 1/2 (meia) diária, no valor de Cr$ 83.553 (oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e três cruzeiros), ao servidor AURÉLIO FERNANDES DE QUEIROS, Agente de Polícia, matrícula nº 19.238-4 e 1/2 (meia) diária, no valor de Cr$ 83.553 (oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e três cruzeiros), ao servidor ANTONIO CELSO DOS SANTOS, Agente de Polícia, matrícula nº 23.496-6, os quais, no absoluto interesse do serviço, se deslocarão desta Capital, com destino à cidade de Goiânia/GO, no dia 22 de julho do corrente ano:

II — Ao DAG para providenciar:

III — Publique-se.

Brasília-DF, 19 de julho de 1985

JOSÉ OLAVO DE CASTRO
Secretário de Segurança Pública do DF

REQUISIÇÃO Nº 122/85
INTERESSADA: MARIA GORETE RODRIGUES DOS REIS
ASSUNTO: Diárias de viagem

DESPACHO:

I — De acordo. Concedo 02 (duas) diárias, no valor de Cr$ 514.688 (quinhentos e quatorze mil, seiscentos e oitenta e oito cruzeiros), a servidora MARIA GORETE RODRIGUES DOS REIS, matrícula nº 21.173-7, a qual, no absoluto interesse do serviço, se deslocará desta Capital com destino a cidade do Rio de Janeiro/RJ, no dia 24 de julho de 1985, com retorno previsto para o dia 26 do mesmo mês e ano. Concedo ainda 01 (uma) passagem aérea para o percurso Brasília/Rio de Janeiro/Brasília:

II — Ao DAG para providenciar:

III — Publique-se.

Brasília-DF, 24 de julho de 1985

JOSÉ OLAVO DE CASTRO
Secretário de Segurança Pública do DF

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº 004/85-CL-PMDF — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO EM HOSPITAIS, CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E LABORATÓRIOS. CLASSES: 6801 — 6802 — 6804

Data: 19.08.85 — Horário: 09:00 Horas
Local: SAISO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima mencionados reunir-se-á a referida Comissão, a fim de receber propostas para aquisição do mobiliário, objeto desta licitação, destinado à Polícia Militar do Distrito Federal.

Os interessados que desejarem cópias do Edital, serão atendidos pela Diretoria de Apoio Logístico, localizada no Setor de Areas Isoladas Sudoeste (SAISO), Anexo do QCG, 1" Andar, no horário de 08:30 às 11:30 horas e das 14:30 às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira, exceto às quintas-feiras, quando será no primeiro expediente, até o dia 17.08.85.

Valor do Edital: 1/2 (meia) ORTN.

Brasília-DF, 25 de julho de 1985

FERNANDO ALVES DE OLIVEIRA — Maj PM

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGISTICO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

EDITAL Nº 005/85-CL-PMDF — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO EM HOSPITAIS, CLÍNICAS ODONTOLOGICAS E EM LABORATORIOS. CLASSES: 6901 — 6902 — 6903.

Data: 21.08.85 — Horário: 09:00 horas
Local: SAISO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima mencionados reunir-se-á a referida Comissão, a fim de receber propostas para aquisição do material, objeto desta licitação, destinado à Polícia Militar do Distrito Federal.

Os interessados, que desejarem cópias do Edital, serão atendidos pela Diretoria de Apoio Logístico, localizada no Setor de Areas Isoladas Sudoeste (SAISO), Anexo do QCG, 1" andar, no horário de 08:30 às 11:30 horas e das 14:30 às 17:30 horas, de segunda a sexta-feira, exceto às quintas-feiras, quando será no primeiro expediente, até o dia 19.08.85.

Valor do Edital: 1/2 (meia) ORTN.

Brasília-DF, 25 de julho de 1985

FERNANDO ALVES DE OLIVEIRA — Maj QOPM

SECRETARIA DO GOVERNO
ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL
INDUSTRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/85-CL-ASRIA, PARA EXECUÇÃO TOTAL SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DA CONSTRUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DE EDIFICAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DO GUARA, SITUADO NA AREA ESPECIAL DO CAVE — GUARÁ II.

CAPITAL EXIGIDO: Cr$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros)

Chamamos a atenção dos interessados para a Tomada de Preços nº 06/85-CL-ASRIA, que será realizada às 09:00 horas do dia 04 de agosto de 1985, na sala de reuniões da sede da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, situada na Area Especial do Centro Administrativo, Vivencial e Esportivo — CAVE, Guará II, (ao lado da Feira do Guará).

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Divisão de Administração Geral, da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, area especial do CAVE — Guará II.

Brasília-DF, 24 de julho de 1985

JOAO MACIEL DE OLIVEIRA
Comissão de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO DE
CONTROLE EXTERNO - TCDF
AVISO Nº 086/85-IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o constante no Edital nº 036/85-IDR, publicado no DODF nº 025 de 05/02/85, resolve:

1) comunicar que o resultado após recurso da Prova Escrita de Técnica de Controle Financeiro e Orçamentário, encontrar-se-á afixado no Quadro de Avisos do IDR, a partir das 8h do dia 29/07/85;

2) convocar os candidatos classificados na Prova Escrita de Técnica de Controle Financeiro e Orçamentário, para a Prova Escrita de Língua Portuguesa, a realizar-se conforme discriminação abaixo:

DATA: 03/08/85
HORARIO: 14h 30min
LOCAL: Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos — IDR: SGO — Area Especial nº 01 — Brasília-DF.

OBSERVAÇÕES:

a) os candidatos deverão comparecer ao local de realização da prova 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido, munidos de Cartão de Inscrição, de um Documento Oficial de Identidade e caneta esferográfica (tinta azul ou preta);

b) em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para a prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, para justificar sua ausência.

Brasília, 24 de julho de 1985

JOSE RICARDO DE MORAIS VERANO
Superintendente Respondendo

COMPANHIA AVÍCOLA E PECUÁRIA DE BRASÍLIA — COPERBRÁS

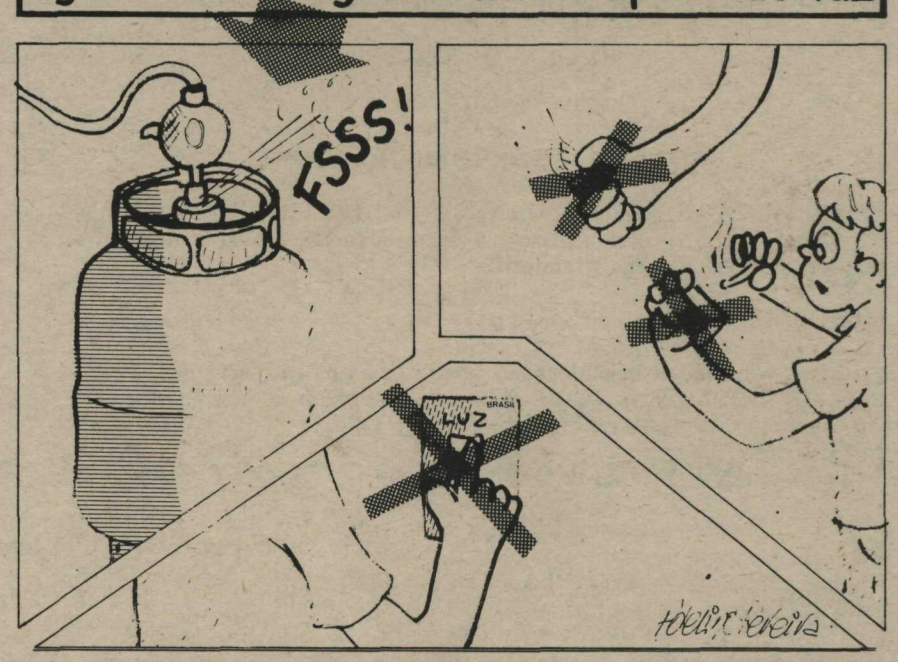
CONVOCAÇAO

São convocados os senhores acionistas da COMPANHIA AVÍCOLA E PECUARIA DE BRASILIA — COPERBRÁS, a reunirem-se em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, cumulativamente, em sua sede social, no Núcleo Rural de Tabatinga, Lote 172, Planaltina-DF, às 14:00 e 16:00 horas em primeira e segunda convocações, respectivamente, no dia 05 de agosto de 1985, a fim de deliberarem sobre as seguintes pautas: Para a AGO: a) — Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 1984; b) — Discussão e destinação do Lucro Líquido de 1984; c) — Discussão da nova expressão monetária do Capital Social, com a capitalização da Correção Monetária do Capital Realizado; d) — Fixação dos honorários da Diretoria. Para a AGE: a) — Discussão e destinação da Reserva Legal; b) — Alteração do Estatuto Social, no que diz respeito ao Capital Social; c) — Outros assuntos de interesse social. Brasília, 24 de julho de 1985.

VALÉRIO FOLADOR
Diretor Presidente

(DAR - Cr$ 229.500) (Dias 25, 26, e 29)

Em caso de vazamento de gás, não acenda fósforo, isqueiro, etc., nem ligue ou desligue o interruptor de luz



SEÇÃO DE MEDICINA, HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO
·223-0653